



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO *EM E PARA* OS DIREITOS
HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL**

FERNANDA KAREN COSTA VIANA DA SILVA

***BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR**

**PERCEPÇÕES SOBRE *BULLYING* NO CEM 03 DE CEILÂNDIA – DISTRITO
FEDERAL E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO**

Brasília – DF

2015

FERNANDA KAREN COSTA VIANA DA SILVA

***BULLYING* NO AMBIENTE ESCOLAR**

**PERCEPÇÕES SOBRE *BULLYING* NO CEM 03 DE CEILÂNDIA – DISTRITO
FEDERAL E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural – Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Orientador: Dr^a. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Brasília – DF

2015

SILVA, Fernanda Karen Costa Viana da. Curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural, na Universidade de Brasília, UnB – DF. 2015. 55f

Monografia – Universidade de Brasília-UnB.

Curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural.

Orientador: Dr^a. Regina Coelly Fernandes Saraiva

1. Metodologia. 2. *Bullying*: concepções e reflexões 3. Consequências do *bullying*.
4. Percepções sobre *bullying* no CEM 03 – coleta de dados.

Fernanda Karen Costa Viana da Silva

***Bullying* no ambiente escolar – Percepções sobre *bullying* no CEM 03 de Ceilândia-
Distrito Federal e possibilidades de enfrentamento**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural, da Universidade de Brasília, UnB – DF, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Banca examinadora:

Brasília – DF, _____ de _____ 2015.

Prof^a. Dr^a. Regina Coelly Fernandes Saraiva - UnB

Prof^a. Dr^a. Larissa Medeiros Marinho dos Santos - UFSJ

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu refúgio sempre presente na angústia, aos meus queridos filhos: Gustavo e Letícia, ao meu amado esposo e amigo Oséias e a minha mãe Elizabete, guerreira, destemida, meu exemplo maior.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda glória, minha gratidão, por tudo o que tenho e tudo o que sou...

Sem Ele, nada posso fazer!

À mulher que tive o privilégio de ter sido gerada e ter recebido dela todo amor e cuidado. Hoje sei o tamanho de seu amor por mim, contemplando-o na vida dos meus filhos... você, mãe, me ensinou, com maestria, o que é o amor... Muito obrigada!

A você Oséias, meu querido esposo, meu eterno namorado... Com você aprendi e aprendo muito, a cada dia. Obrigada por existir na minha vida!

Aos meus filhos, pelo simples fato de existirem e, conseqüentemente, tornarem a minha vida muito, mas, muito mais feliz! Amo vocês incondicionalmente!

À professora Regina Fernandes, pelas orientações no meu trabalho de conclusão de curso... o aprendizado adquirido com ela foi ímpar! Obrigada por tudo!

A todos os meus amigos... pois a vida torna-se bem melhor quando temos pessoas queridas caminhando ao nosso lado!

*“Ninguém pode prever o quanto você pode voar,
nem mesmo você, até abrir suas asas.”*

AUTOR DESCONHECIDO

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada com os alunos do 1º Ano do Ensino Médio, das turmas *H* e *I*, do Centro de Ensino Médio 03, ou como comumente é chamado, CEM 03 - Ceilândia/DF. O tema estudado nesta pesquisa-intervenção foi o *bullying* no ambiente escolar, violência que sempre ocorreu dentro da escola, mas que somente ganhou espaço para estudo no Brasil a partir de 1970 — tanto as percepções a respeito, quanto as possibilidades de enfrentamento do problema — para que, por meio de ações interventivas, consiga-se combater tais práticas *bullying* nos educandos, enquanto cidadãos em formação. O objetivo precípua deste trabalho é a conscientização dos alunos quanto às danosas consequências causadas pelas atitudes *bullying* no ambiente escolar. A identificação dos alunos como *vítimas*, *agressores* ou *espectadores* é o ponto de partida para que a escola e as famílias dos supostos envolvidos possam elaborar estratégias e ações imediatas contra o *bullying*. Torna-se importante mencionar quão gratificante foi desenvolver este trabalho, pois os resultados já estão sendo percebidos nos alunos. Após “rodas de conversa” — onde os alunos relatavam o que sabiam a respeito do tema ou, se, porventura, já haviam sofrido ou praticado o *bullying* com outros colegas — atividades interventivas, como levar os alunos a pesquisarem a respeito da temática *bullying escolar*, realização de produção textual (dissertação-argumentativa) com o tema: “*bullying: brincadeira que não tem graça*”, durante as aulas de Projeto Interdisciplinar II, onde percebeu-se que aqueles alunos que costumavam considerar o *bullying* como uma brincadeira, hoje já não cometem ações mal intencionadas ou fazem brincadeiras maldosas. Percebe-se, então, que este trabalho deverá ter uma continuidade, pois é necessário despertar nos alunos um modo de pensar consciente, para a construção de uma sociedade, onde os índices de casos de *bullying* sejam minimizados - por meio das ações supracitadas ou através de outros trabalhos engajados no combate a esse mal que atinge nossos jovens atualmente.

Palavras-chave: *Bullying*, Ambiente Escolar, Conscientização, Enfrentamento do Problema.

ABSTRACT

This work is a 1st high school year students' research result, with *H* and *I* classes, from Centro de Ensino Médio 03, or as it's generally named, CEM 03 – Ceilândia/DF. This intervention research's theme was the bullying in school environment, kind of violence that has always occurred inside the school, but that has reached space for study in Brazil on 70's – both perceptions about, as the problem of coping possibilities – for that, by interventions actions, may fight against bullying practice among the students once they are citizens under formation. This work's main objective is to aware the students about the damages caused bullying in school environment. The students' identification as victims, aggressor or spectator is the start for school and families from them to elaborate strategies and immediate actions against bullying. It is very important to mention how grateful is being to develop this work, because the results are already being perceived by the students. After conversations between me and the students – where they told what knew about the theme or, if had already suffered or practiced bullying with other classmate – interventional activities, as to take the students to research about the school bullying's theme, text production (argumentative dissertation) under the “bullying: this joke is not funny” theme, during the Interdisciplinary Project II's classes, where we could perceive that those students who used to consider bullying as a joke, nowadays do not commit actions with bad intentions or do evil jokes. We could also perceive, then, that this work should continue, because is necessary to awake a thinking conscious in the students, for to build a low bullying index society, by using above-mentioned actions or by other works engaged on a fight against this evil that reaches our youth nowadays.

Key-words: Bullying, School Environment, Awareness, Face the Problem.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – DIVISÃO ENTRE OS BLOCOS A/B DO CEM 03 CEILÂNDIA/DF	52
FIGURA 2 – PÁTIO CENTRAL DO CEM 03 CEILÂNDIA/DF	52
FIGURA 3 – DIVISÃO ENTRE OS BLOCOS B/ C DO CEM 03 CEILÂNDIA/DF	53
FIGURA 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS TURMAS H / I (1º ANO)	54
FIGURA 5 – <i>BULLYING</i> – CARTILHA 2010 – JUSTIÇA NAS ESCOLAS	55

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TOTAL DE ALUNOS: TURMA H	42
GRÁFICO 2: FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS: TURMA H	43
GRÁFICO 3: PESQUISA SOBRE O <i>BULLYING</i> – ALUNOS: TURMA H	43
GRÁFICO 4: TOTAL DE ALUNOS: TURMA I	45
GRÁFICO 5: FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS: TURMA I	46
GRÁFICO 6: PESQUISA SOBRE <i>BULLYING</i> – ALUNOS: TURMA I	46

LISTA DE ABREVIATURAS

AEDDA – Associação dos Estudos do Distúrbio do Deficit de Atenção

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EM – Ensino Médio

EPP – Educação para a Paz

DF – Distrito Federal

ONU – Organização das Nações Unidas

RJ – Rio de Janeiro

SP – São Paulo

UNB – Universidade de Brasília

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
METODOLOGIA	17
CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	18
1.1 DESCRIÇÃO DA ESCOLA.....	19
CAPÍTULO 2	21
<i>BULLYING</i> : CONCEPÇÕES E REFLEXÕES.....	21
2.1 CONCEPÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS.....	21
2.2 O PAPEL DOS PAIS FRENTE AO <i>BULLYING</i>	27
2.3 O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA PRÁTICA DO <i>BULLYING</i>	31
2.4 CONSEQUÊNCIAS DO <i>BULLYING</i>	38
CAPÍTULO 3	42
PERCEPÇÕES SOBRE <i>BULLYING</i> NO CEM 03 - ANÁLISE DA COLETA DE DADOS .	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	48
LEGISLAÇÃO	49
ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

A intenção em pesquisar o tema *bullying* no ambiente escolar é, dentre outras preocupações, devido às constantes ocorrências das diversas formas de *bullying* entre os alunos - que vão desde apelidos maldosos a agressões - muitas vezes, de forma passiva, são acatados pelas vítimas de *bullying* como algo já considerado normal e sem solução por parte de quem sofre as mais diferentes agressões, sejam elas físicas, verbais ou psicológicas.

A experiência como professora do Ensino Médio facilitou a percepção a respeito das rotineiras formas de *bullying* na instituição de ensino: Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia/DF – ou, como comumente é chamado, CEM 03.

A prática do *bullying* é algo bastante danoso em todos os aspectos; que pode deixar sequelas irreversíveis no indivíduo. O papel da escola e da família é algo crucial no combate a esse problema.

Atualmente, a prática do *bullying* agrava-se ainda mais devido à dimensão grandiosa das *redes sociais*, onde tudo o que se veicula, se propaga com uma rapidez assustadora – o *ciberbullying*. Esse compartilhamento de informações no ambiente virtual nem sempre tem a intenção de colaborar na formação do indivíduo; pelo contrário, inúmeras vezes, o que vemos são textos, cenas e vídeos onde crianças e jovens são protagonistas de situações de extremos atos de violência, gerados pelo preconceito e pela falta de tolerância com o direito de ser/viver/conviver do/com o próximo.

É notório que o *bullying* evidencia-se principalmente no ambiente escolar, daí o entendimento de este ser um comportamento com a intenção de uma *autoafirmação* ou de ser uma forma de *imposição* do indivíduo perante a escola em que estuda e das pessoas com quem convive, devido a diversos fatores que serão tratados, oportunamente, neste trabalho.

A escola, por ser um ambiente onde os estudantes costumam passar parte do dia, tem um papel crucial na busca de uma convivência harmônica, agradável e, conseqüentemente, responsável por bons resultados do ponto de vista social, reflexivo e crítico da realidade em que estes indivíduos estão inseridos. Diante do exposto, há a necessidade da mobilização de ações diagnósticas e preventivas, e de atuação dinâmica da escola, de maneira geral, no combate ao *bullying*.

(SILVA, 2010) destaca que as causas mais comuns de agressão no ambiente escolar vão desde comentários depreciativos quanto à sexualidade, à raça, ao credo, ao modo de ser, de andar ou de falar de determinado indivíduo; humilhações e críticas públicas, agressões verbais, olhares e risadinhas provocativas, entre outros, bem como, as influências que o

comportamento agressivo pode ter no processo ensino-aprendizagem dos educandos e de que maneiras *a família e a escola*, como um todo, podem agir de *forma preventiva e constante* no combate a este mal que tem atingido grande parte dos estudantes. Por esta razão, pesquisar o tema em questão, torna-se relevante para compreender e pensar em meios de como intervir na realidade escolar desses alunos, frente a essa problemática.

Este relatório de pesquisa tem por objetivo precípua a *conscientização/reflexão e a busca de ações transformadoras* da realidade dos alunos dentro do ambiente escolar, de forma a refletir sobre a problemática do *bullying* e buscar meios de combater tal prática – em suas diferentes modalidades - em todo o contexto que permeia o processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, no que se refere à sua plena formação dos alunos, enquanto cidadãos em desenvolvimento.

Estimular a conscientização dos estudantes pode contribuir para o enfrentamento ao *bullying* na escola? Comportamentos e atitudes que tenham o intuito de melhorarem a convivência humana podem formar cidadãos capazes e desejosos de uma sociedade sem tantos preconceitos?

Como o enfrentamento ao *bullying* pode contribuir a paz na escola? Todos somos capazes e responsáveis pela luta diária contra as práticas do *bullying*. Princípios e valores devem ser cultivados desde cedo. Não podemos ter a mentalidade de que o significado de paz é o mesmo que a não-guerra, em ausência de conflito, em passividade e permissividade, sem dinamismo próprio.

Para (DUPRET, 2002), em sua concepção positiva, a paz não é o contrário da guerra, mas a prática da não-violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça.

Uma *cultura de paz* implica no esforço para modificar o pensamento e a ação das pessoas no sentido de promover a paz. Falar de violência e de como ela nos assola, deixa de ser a temática principal. Não que ela vá ser esquecida ou abafada; ela pertence ao nosso dia a dia e temos consciência disto. Porém, o sentido do discurso, a ideologia que o alimenta, precisa impregná-lo de palavras e conceitos que anunciem os valores humanos que decantam a paz, que lhe proclamam e promovem.

Torna-se relevante citar que a Educação para a Paz é estudada e discutida em diversos países por educadores/as, filósofos/as, sociólogos/as, antropólogos/as e psicólogos/as, a partir de múltiplas perspectivas teóricas que coincidem em um ponto específico: a verdadeira

educação para a paz não deve consistir num simples ensino das ideias pacifistas (PIAGET, 1998).

Como o enfrentamento ao *bullying* pode contribuir para uma *cultura de paz* no CEM 03 – Ceilândia/DF? Pensemos, primeiramente, como se chegar a uma *cultura de paz*. Para (DUPRET, 2002) um dos primeiros passos neste sentido, refere-se à gestão de conflitos, ou seja, prevenir os conflitos potencialmente violentos e reconstruir a paz e a confiança entre pessoas emergentes de situação de guerra é um dos exemplos mais comuns a serem considerados. Tal missão estende-se às escolas, instituições e outros locais de trabalho por todo o mundo, bem como aos parlamentos e centros de comunicação, a lares e associações.

A *cultura de paz* está pautada em valores humanos que precisam ser colocados em prática, a fim de passarem do estado de intenção para o exercício da ação, transformando-se, concretamente, em atos. Tais valores, que se traduzem em éticos, morais e estéticos, nos encaminham para o *despertar* de expressões de amor e manifestações de respeito, que têm estado adormecidas, nos últimos tempos.

A escolha do tema se deu em virtude da minha preocupação, enquanto educadora e cidadã, pelo fato de o ser humano ter o direito de ser/fazer o que lhe seja favorável e possível, dentro de seu conjunto de direitos e deveres.

(FANTE, 2012) esclarece que *bullying* é um fenômeno mundial tão antigo, quanto à própria escola. Apesar de os educadores terem consciência da problemática existente entre agressor e vítima, poucos esforços foram despendidos para o seu estudo sistemático até princípios da década de 1970. Foi então nessa época que surgiu, primeiramente na Suécia, um grande interesse de toda a sociedade pelos problemas desencadeados entre *agressor* e *vítima*, figurantes desse fenômeno, que logo se estendeu por todos os outros países escandinavos.

Os atos de *bullying* entre os alunos apresentam determinadas características comuns: são comportamentos produzidos de forma repetitiva num período prolongado de tempo contra uma mesma vítima; apresentam uma relação de desequilíbrio de poder, o que dificulta a defesa da vítima; ocorrem sem motivações evidentes; são comportamentos deliberados e danosos.

O poder do agressor é exercido pela imposição de autoridade respaldada na sua força física e/ou psicológica que o destaca perante o grupo, transformando-o num modelo de identificação a ser seguido. Muitas vezes, um aluno adere ao grupo de agressores ou se converte em agressor por pressão ou como estratégia de defesa, para não se transformar em uma nova vítima, para não ser banido do grupo, ou, ainda, para garantir uma certa popularidade, efeito *bad boy*.

Diante das informações apresentadas e da relevância do tema proposto, que este relatório de pesquisa-intervenção será elaborado, com o intuito de esclarecer, conscientizar, por meio de embasamentos teóricos e, principalmente, por ações constantes de todos os envolvidos no contexto escolar com o intuito de erradicar a prática do *bullying*, em todos os seus aspectos, no ambiente escolar.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral identificar percepções sobre *bullying* entre estudantes do Ensino Médio do Centro de Ensino Médio 03 – Ceilândia-DF e possibilidades de enfrentamento apresentadas pelos estudantes.

Por meio de um trabalho interventivo, será possível:

- Identificar a reação dos estudantes frente às ações *bullying*;
- Listar possibilidades de enfrentamento ao *bullying*;
- Orientar os estudantes a respeito da *cultura de paz* na escola;
- Listar motivos que levam à prática do *bullying*, no ambiente da sala de aula;
- Orientar os alunos a buscarem a convivência saudável na escola, de forma consciente e responsável, de maneira crítica na sua formação educacional e cidadã e nos demais aspectos, com vistas na formação plena do indivíduo.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

“*Não há ensino sem pesquisa, nem pesquisa sem ensino*”. (FREIRE, 1996, p. 32)

O presente relatório de pesquisa-intervenção tem como objetivo precípuo apontar os resultados da intervenção realizada no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia/DF – ou, como comumente é chamado de CEM 03, localizado na QNN 13 Área Especial, zona urbana de Ceilândia Sul, cidade do Distrito Federal, no sentido de traçar algumas metas no intuito de eliminar as devastadoras práticas do *bullying* escolar.

O trabalho interventivo foi desenvolvido da seguinte forma: primeiramente houve um período de observação durante as aulas de Projeto Interdisciplinar II do CEM 03 – Ceilândia-DF. Após a constatação diária de ações *bullying* entre os alunos das turmas que são objetos de pesquisa, decidiu-se então realizar um trabalho interventivo com esses educandos.

(SILVA, 2010) explicita que o *bullying* ocorre em todas as escolas, independentemente de sua tradição, localização ou poder aquisitivo dos alunos. Pode-se afirmar que está presente, de forma democrática, em 100% das escolas em todo mundo, públicas ou particulares. O que pode variar são os índices encontrados em cada realidade escolar.

Foi aplicado no dia 16/09/2015 um questionário – sem a necessidade de identificação, mas com os seguintes campos para preenchimento: sexo, idade, tempo que estuda na instituição de ensino - a respeito do conhecimento dos alunos com relação à temática *bullying* nas escolas, bem como a busca de respostas dos educandos como: se praticaram ou se já foram/são vítimas de *bullying* no ambiente escolar. Também foram questionados se consideram a prática do *bullying* algo saudável ou danoso para a formação do ser humano.

O questionário respondido pelos alunos das *turmas H e I* foi norteador para as ações futuras com relação ao trabalho que está sendo desenvolvido durante as aulas de Projeto Interdisciplinar II, com o intuito de conscientizar os alunos e demais participantes da comunidade escolar com relação aos malefícios do *bullying* para a formação cidadã.

Os dados coletados foram demonstrados por meio de gráficos que permitiram a visualização dos percentuais relativos à pesquisa de campo, como também mostraram os dados referentes à rotina dos protagonistas das práticas *bullying* do ambiente escolar.

Os alunos que responderam ao questionário sobre o *bullying* faziam parte das turmas **H e I** do 1º Ano do Ensino Médio. A intenção do desenvolvimento desse trabalho interventivo

com as referidas turmas é primordialmente de conscientização/reflexão com relação à temática *bullying*, nos seus diversos aspectos, no ambiente escolar. No planejamento das aulas, foram inseridos o diálogo entre alunos e professora, materiais expositivos e uma cartilha de apoio sobre a temática *bullying*. Foram disponibilizadas cópias dessa cartilha: *Bullying – Justiça nas escolas – 2010*, onde os alunos tiveram a incumbência de lerem em casa para discussão em sala de aula a respeito dos assuntos tratados no documento.

Os relatos foram desde algum apelido pejorativo sofrido a dúvidas geradas após a leitura do documento: *BULLYING CARTILHA 2010 – JUSTIÇA NAS ESCOLAS*¹ disponibilizado pela professora, nas aulas de PDII. Durante as “rodas de conversa”, a sala foi organizada em forma de “U” para que os alunos pudessem ter a oportunidade de observar o relato dos colegas e, conseqüentemente, também participarem do debate. O assunto mais citado foi o *bullying* cometido por muitos alunos, mas que era, infelizmente, entendido por muitos educandos, como simples brincadeiras.

No decorrer das aulas de PDII, foi passado aos alunos da 1ª série do EM um trabalho de pesquisa e apresentação sobre a temática *bullying* no ambiente escolar, referindo-se à definição dos termos: *bullying* e *ciberbullying*, identificação e definição dos protagonistas do *bullying*, formas de se cometer o *bullying* no ambiente escolar e, por fim, as conseqüências deste na formação cidadã.

Para a conclusão do trabalho com relação à temática *bullying*, foi proposta aos alunos uma produção de texto dissertativo-argumentativo com o tema: *bullying: brincadeira que não tem graça*.

Todo o trabalho realizado durante o 3º Bimestre/2015, envolvendo a temática *bullying* no ambiente escolar, foi muito proveitosa e os resultados já começaram ser percebidos na conduta diária, a cada encontro com os alunos das turmas *H* e *I*, o que tornou o trabalho pedagógico mais gratificante e prazeroso.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Fases	Datas de realização
Período de observação dos alunos (1ª série do EM) – aulas de PDII no CEM 03 – Ceilândia/DF.	Março a maio de 2015

¹ Disponível em:
<<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/bullying.pdf>>

Discussão de alguns temas, dentre eles: o <i>bullying</i> no ambiente escolar, com as turmas da 1ª série do EM.	Maio e junho de 2015
Aplicação de <i>questionário</i> sobre <i>bullying</i> no ambiente escolar nas turmas H e I (1ª série do EM)	Setembro de 2015
Leitura e discussão das partes mais relevantes da Cartilha <i>BULLYING</i> CARTILHA 2010 – JUSTIÇA NAS ESCOLAS com as turmas da 1ª série do EM.	Setembro e outubro de 2015
Realização de um trabalho de pesquisa pelos alunos das turmas da 1ª série do EM sobre a temática <i>bullying</i> no ambiente escolar.	Outubro e novembro de 2015
Elaboração do relatório de pesquisa-intervenção	Outubro de 2014 a novembro de 2015

OBS: as datas mencionadas acima podem sofrer alterações de acordo com o andamento do projeto de pesquisa-intervenção que será realizado no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia/DF sobre a temática *bullying* no ambiente escolar, tendo como público-alvo os alunos das turmas **H** e **I** do 1º Ano do Ensino Médio.

1.1 DESCRIÇÃO DA ESCOLA

O CEM 03 faz parte do sistema de ensino da Rede Pública do Distrito Federal, com oferta para o Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos – EJA. O nível de ensino ofertado nessa instituição é: o Ensino Médio e a modalidade EJA nos três segmentos. A escola funciona nos turnos: matutino, vespertino e noturno e atende a um total de 1.200 alunos.

A faixa etária dos alunos que foram alvo da pesquisa estava compreendida entre 15 e 18 anos de idade, nas turmas **H** e **I** do 1º ano do Ensino Médio, sendo o total de alunos matriculados em cada turma: **H** – 42 alunos, desse total, 35 são frequentes nas aulas e 28 o total de alunos que respondeu ao questionário. A turma **I** também possui um total de 42

alunos matriculados, 24 são frequentes nas aulas e 19 o total de questionários respondidos nessa turma.

O CEM 03 está localizado na QNN 13 Área Especial - Ceilândia Sul, Brasília-DF. Esta escola foi inaugurada em 12 de novembro de 1971, tendo suas atividades iniciadas nesta mesma data, como centro de ensino de 1º grau.

O seu Projeto-Político-Pedagógico (PPP) foi construído com base em articulações entre a comunidade escolar interna, durante as coordenações coletivas e discussões com os demais segmentos escolares.

Seu horário de funcionamento: matutino: 7h30 às 12h30, vespertino: 14h00 às 18h00 e noturno: 19h00 às 23h00.

Em sua organização administrativa encontram-se: recursos humanos - professores, diretor, vice-diretor, supervisores pedagógicos, supervisores administrativos, coordenadores pedagógicos para o Ensino Médio e EJA, apoio à direção, chefe de secretaria, orientadores educacionais, limpeza, vigilância e sistema de merenda escolar terceirizados.

Os projetos interdisciplinares têm sido o recurso pedagógico da referida Unidade Pública de Ensino. Dentre os diversos projetos da escola, estão: jogos interclasse, produção de textos (redação discursiva), matemática financeira *na perspectiva cotidiana*, feira de ciências, Consciência Negra, Olimpíada de Matemática, dentre outros.

Na visão do CEM 03, deve-se educar o aluno não só para produzir, mas para o exercício pleno da cidadania, respeitando a pluralidade da natureza humana e promovendo o desenvolvimento equilibrado de todas as dimensões do seu *eu*, construindo para a transformação da sociedade, na perspectiva da formação do cidadão, com bases político-filosóficas, concebendo a educação de acordo com a visão do homem e de mundo pretendido dentre a interdisciplinaridade e da troca de experiências do grupo, ou seja, conceber a educação a partir de princípios que constituem os quatro pilares da educação: *conhecer, fazer, conviver e ser*.

Por fim, o objetivo de trabalho da instituição em questão é conduzir a aprendizagem a um processo construtivo e político, de modo que as aulas não tenham caráter meramente instrutivo de treinar e informar. Mas, ao contrário, que elas possam permitir ao aluno *confrontar* a realidade, *questionar, pesquisar*, e, assim, *tornar-se* sujeito de suas ideias.

CAPÍTULO 2

BULLYING: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

Art. 1 Declaração Universal dos Direitos Humanos

2.1 BULLYING: CONCEPÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS

(FANTE², 2012) define o termo *bullying* como palavra de origem inglesa, adotada em muitos países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos e antissociais.

(SILVA³, 2010) conceitua a expressão *bullying* como um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um *bully* (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender.

A autora também esclarece que a palavra *bullying* é pouco conhecida do grande público. De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Dentre esses comportamentos podemos destacar as agressões, os assédios e as ações desrespeitosas, todos realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores.

(FANTE, 2012) e (SILVA, 2010) afirmam que, com base em dados estatísticos obtidos nos mais diversos países, pode-se seguramente afirmar que o fenômeno *bullying* está presente em todas as escolas do mundo. Portanto, os atos de *bullying* entre os alunos apresentam determinadas características comuns: são comportamentos produzidos de forma repetitiva num período prolongado de tempo contra uma mesma vítima, apresentam uma

² É Pedagoga e Historiadora. Pós-graduada em Didática do Ensino Superior e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Ilhas Baleares, Espanha. Há 10 anos pesquisa o *bullying* nas escolas brasileiras. Autora de artigos, entrevistas, manuais e livros sobre o tema *bullying*. Autora do programa *antibullying* “Educar para a Paz”. Consultora da ONG *Plan International* e da Secretaria Municipal de Educação de Cedral/SP. Conferencista.

³ É médica graduada pela UERJ com pós-graduação em psiquiatria pela UFRJ. Professora honoris causa pela UniFMU (SP) e presidente da AEDDA – Associação dos Estudos do Distúrbio do Déficit de Atenção (SP)-, é também diretora das clínicas Medicina do Comportamento no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde atende os pacientes e supervisiona os profissionais da sua equipe (médicos, psicólogos e terapeutas). Nascida no Rio de Janeiro, é escritora, realiza palestras, conferências e consultorias sobre variados temas do comportamento humano.

relação de desequilíbrio de poder, o que dificulta a defesa da vítima; ocorrem sem motivações evidentes; são comportamentos deliberados e danosos.

Segundo as autoras, o *bullying* começa frequentemente pela recusa de aceitação de uma diferença, seja ela qual for, mas sempre notória e abrangente, envolvendo religião, raça, estatura física, peso, cor dos cabelos, deficiências visuais, auditivas e vocais; ou é uma diferença de ordem psicológica, social, sexual e física; ou está relacionada a aspectos como força, coragem e habilidades desportivas e intelectuais.

(SILVA, 2010) classifica os envolvidos nas ações *bullying* como: *vítimas*, que podem ser: vítimas típicas, vítimas provocadoras, vítimas agressoras; *agressores* e *espectadores*, de acordo com as definições a seguir:

- a) *Vítimas típicas*: são os alunos que apresentam pouca habilidade de socialização. Em geral são tímidas ou reservadas, e não conseguem reagir aos comportamentos provocadores e agressivos contra elas.
- b) *Vítimas provocadoras*: são aquelas capazes de insuflar em seus colegas reações agressivas contra si mesmas. Elas, em geral, discutem ou brigam quando são atacadas ou insultadas. Nesse grupo geralmente encontramos as crianças ou adolescentes hiperativos e impulsivos e/ou imaturos, que criam, sem intenção explícita, um ambiente tenso na escola.
- c) *Vítimas agressoras*: elas reproduzem os maus-tratos sofridos como forma de compensação, ou seja, ela procura outra vítima, ainda mais frágil e vulnerável, e comete contra esta todas as agressões sofridas.
- d) *Agressores*: eles podem ser de ambos os sexos. O agressor pode agir sozinho ou em grupo. Eles apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam serem contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em atos de pequenos delitos, como furtos, roubos ou vandalismo, com destruição do patrimônio público ou privado. O que lhes falta, de forma explícita, é afeto pelos outros.
- e) *Espectadores*: são aqueles alunos que testemunham as ações dos agressores contra as vítimas, mas não tomam qualquer atitude em relação a isso. Podemos dividir os espectadores em três grupos distintos:
 - *Espectadores passivos*: em geral, eles assumem essa postura por medo absoluto de se tornarem a próxima vítima. Eles não concordam e até repelem as atitudes dos *bullies*; no entanto, ficam de “mãos atadas” para tomar qualquer atitude em defesa das vítimas.

- *Espectadores ativos*: estão inclusos nesse grupo os alunos que, não se envolvem diretamente, mas isso não significa, em absoluto, que deixam de se divertir com o que veem.
- *Espectadores neutros*: dentre eles, podemos perceber os alunos, por uma questão sociocultural (advindos de lares desestruturados ou de comunidades em que a violência faz parte do cotidiano), não demonstram sensibilidade pelas situações de *bullying* que presenciam.

Enquanto as meninas fazem *bullying* na base dos mexericos e intrigas, os meninos tendem a utilizar a força física para firmarem seu poder sobre os demais.

É importante destacar que, principalmente entre os meninos, “o cabeça” ou líder do grupo de agressores, em geral, é o mais esperto, observador e frio. Na maioria das vezes, não é ele quem espanca a vítima, mas induz os meninos que necessitam de aceitação da turma para fazer o serviço sujo. De forma maquiavélica, “o cabeça” das condutas violentas monta seu exército de executores, recrutando garotos que se submetem a cometer as agressões por temerem ser as próximas vítimas.

(SILVA, 2010) esclarece que as vítimas tornam-se reféns do jogo de poder instituído pelos líderes dos agressores. Raramente elas pedem ajuda às autoridades escolares ou aos pais. Agem assim, dominadas pela falsa crença de que essa postura é capaz de evitar possíveis retaliações dos agressores e por acreditarem que, ao sofrerem sozinhos e calados, pouparão seus pais da decepção de ter um filho frágil, covarde e não popular na escola.

Se a maioria das agressões ocorre no território escolar, especialmente nas salas de aula, os professores e as demais autoridades da instituição educacional estão falhando na identificação do problema. Isso pode ocorrer por desconhecimento ou por negação do fenômeno.

Segundo Dan Olweus, psicólogo norueguês e importante pesquisador sobre o assunto, pais e professores devem estar atentos a vários aspectos comportamentais das crianças e dos adolescentes, considerando os possíveis papéis que cada um deles pode desempenhar em uma situação de *bullying* escolar.

A identificação os alunos como *vítimas*, *agressores* ou *espectadores* é o ponto de partida para que a escola e as famílias dos supostos envolvidos possam elaborar estratégias e ações imediatas contra o *bullying*. A tipicidade de cada personagem dessa maléfica prática apresenta um comportamento característico, seja na escola ou em casa.

O *bullying* – compreende todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais

estudantes contra outros(s), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder.

Assim, os Direitos Humanos não podem ser apenas mais um tema na lista dos conteúdos a serem ensinados. Precisam estar presentes nas concepções e práticas pedagógicas diárias nos diferentes contextos educativos; precisam ser apreendidos pelos(as) educadores(as) como estilo de vida, como ideal a ser seguido, para que sua prática diária se traduza em ações que aspirem a paz e os direitos humanos, de forma que isso se torne parte de sua cultura. Faz-se necessária uma mudança interna por meio da transformação da *consciência* a ponto de que essa postura esteja solidificada como modo de vida do educador(a).

(SANTOS, 2013) afirma que a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Isso pode ser identificado nos projetos pedagógicos das escolas que, em sua maioria, apresentam um discurso maravilhoso, mas que na prática não tratam os(as) estudantes e a comunidade na qual está inserida como sujeitos desse processo de construção do conhecimento. Um dos agravantes nessa ruptura, entre conteúdos a serem ensinados e contexto social, está nas diferenças culturais entre docentes e educandos. Muitas vezes, essas diferenças se estabelecem como desrespeito aos direitos fundamentais, no qual uma cultura se sobrepõe a outra. Na concepção da *cultura de paz*⁴ e de Direitos humanos não há cultura maior, ou melhor, existe, sim, a necessidade de valorização e respeito entre as diferentes manifestações.

Com relação ao processo de ensino-aprendizagem, (SACRISTÁN, 2000), afirma que o mesmo não ocorre sem os conteúdos culturais. Qualquer que seja a proposta educacional, necessariamente, tratará dos conteúdos culturais, explicitando, assim, o referencial curricular no qual está fundamentada. Não há modelo educativo que não esteja fundamentado em uma opção cultural determinada. Uma proposta pedagógica, que deixe de lado esses conteúdos, estará influenciada pelo psicologismo que, de alguma maneira, perde o elo necessário entre escola e sociedade. Ao priorizar o “como” em detrimento do “que”, a prática pedagógica estabelece uma ruptura drástica no processo de ensino, uma vez que ambas as proposições só fazem sentido uma em relação à outra.

Quando se prioriza uma delas corre-se o risco de esvaziar o sentido da prática pedagógica. Outro agravante dessa ruptura trata-se da educação para as classes menos favorecidas, cuja principal oportunidade cultural é a escolarização. Quando os interesses

⁴ Conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e modos de vida que rejeitam a violência e previnem os conflitos, abordando suas causas profundas para resolver os problemas através do diálogo e da negociação entre indivíduos, grupos e nações (Resoluções da ONU A/RES/52/13: Cultura de Paz e A/RES/53/243 Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz).

dos(as) alunos(as) não encontram resposta na cultura escolar, eles acabam por evadirem. Nessa concepção, são alijados do processo, embora mesmo *dentro* da instituição educativa.

A significação dos conteúdos e a análise crítica dos mesmos deveriam estar em primeiro plano, sobretudo se considerarmos os princípios de *igualdade* que regem a educação. Ao refletir sobre as práticas educativas, nos seus diferentes níveis e modalidades, se faz necessário, ainda, que de forma breve, teça-se uma análise crítica sobre a construção social desses(as) alunos(as), enquanto sujeitos de direitos.

Nos últimos anos, a *Cultura de Paz* tem se constituído em tema central, em nível mundial, e tem merecido atenção especial por parte de entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Sendo assim, e para começar uma reflexão abrangente sobre o significado da construção de uma *Cultura de Paz* no contexto escolar, garantindo o respeito pelos Direitos Humanos, é fundamental conhecer alguns dos principais documentos que a definem e a caracterizam. Em nível internacional, podemos citar documentos como a Declaração dos Direitos da Criança⁵ (ONU, 1959), a Declaração sobre a Preparação das Sociedades para Viver em Paz⁶ (ONU, 1978) e a Declaração sobre os Direitos dos Povos à Paz⁷ (ONU, 1984). Além desses, um dos mais importantes é a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz⁸ aprovada pela ONU em 1999, que expressa uma profunda preocupação com a proliferação da violência e dos conflitos nos diferentes países. Um dos objetivos principais desse documento, é que os diversos governos, as organizações internacionais e a sociedade civil orientem suas atividades para o fortalecimento da paz no século XXI (DUSI; ARAÚJO; NEVES, 2005).

Como podemos pensar ou definir a paz? O conceito de paz deve ser definido numa perspectiva positiva (e não negativa) e numa perspectiva dinâmica (e não passiva). Isso significa, para (JARES, 2002), que a paz repousa em duas ideias fundamentais:

- a) a paz não é o contrário da guerra, é o contrário da violência;
- b) a violência não se exerce unicamente por meio da agressão física direta, mas através de formas menos visíveis, mais difíceis de reconhecer, e mais perversas pelo tipo de sofrimento humano que produzem.

⁵ ONU. Declaração dos Direitos da Criança, 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm

⁶ ONU. Declaração sobre a Preparação das Sociedades para Viver em Paz, 1978. Disponível em: <http://www.un.org/>

⁷ ONU. Declaração sobre os Direitos dos Povos à Paz, 1984. Disponível em: <http://www.un.org/>

⁸ ONU. Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura da Paz, 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>

O conceito de paz abrange a liberdade e identidade do ser humano, abrange tudo o que o ser humano precisa para o seu desenvolvimento pleno, implicando, assim, o cumprimento dos Direitos Humanos.

Para (COLUMA, 2007), a paz também significa seres humanos trabalhando em conjunto para resolver os diferentes conflitos da vida cotidiana, a paz respeita padrões de justiça, satisfaz necessidades básicas do homem e honra todos os Direitos Humanos.

Na atualidade, os diferentes cenários socioculturais estão longe de propiciar a paz que desejamos. A mídia e as fontes de entretenimento têm agravado essa situação reportando constantemente e abrindo espaço para diversas formas de violência e opressão. Na escola, a situação não é diferente. Nos últimos anos, as notícias sobre a violência escolar têm aumentado em função de suas frequentes expressões: interferência e presença do narcotráfico no cotidiano escolar, depredação dos prédios e materiais escolares, brigas e agressões entre estudantes e entre estes e os adultos que trabalham nas escolas (COLUMA, 2007).

A violência no contexto escolar se apresenta de distintas maneiras preocupando pais e educadores, e mostrando que ela é um reflexo de uma crise de valores mais ampla. De acordo com (TAVARES DOS SANTOS, 2001), (SOUZA, 2007) e (SPOSITO2001), a violência no meio escolar se constitui num reflexo da violência que acontece em nível mais amplo nas sociedades contemporâneas. E, essa violência pode ser o resultado de processos de fragmentação social e de exclusão econômica e social. Com esse panorama, é difícil pensar na Educação Para a Paz (EPP) na perspectiva dos Direitos Humanos. Por onde começar? Como sistematizar a Educação Para Paz?

Assim, o(a) docente que propõe uma prática pedagógica precisa despir-se de seus preconceitos e abrir-se para um mundo de diversidade no qual cada um(uma) é respeitado(a) e valorizado(a) naquilo que é. Tarefa difícil e desafiante, mas imprescindível para os(as) que almejam a *cultura de paz*. Assim, acreditamos que só haverá uma mudança efetiva no currículo das escolas quando ela ocorrer na vida dos(as) docentes que almejam essa transformação. Isso porque compreendemos que o currículo, conforme (MOREIRA; CANDAU, 2007), é fortemente influenciado pelo(a) docente.

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuam, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos construídos que sistematizam nas escolas e nas salas de aula. (MOREIRA; CANDAU, 2007). Portanto, as mudanças na concepção de currículo demandam uma mudança de postura pessoal e da prática pedagógica,

o que resulta na transformação de visão das relações interpessoais. Não basta incluir novos temas a serem estudados nas escolas se as práticas educativas não forem inovadoras.

(DUPRET, 2002) explica que a paz não pode ser apenas garantida pelos acordos políticos, econômicos ou militares. No fundo, ela depende do comprometimento unânime, sincero e sustentado das pessoas. Cada um de nós, independentemente da idade, do sexo, do estrato social, crença religiosa ou origem cultural é chamado à criação de um mundo pacificado.

Mas o que é e como garantir uma *cultura de paz*? (DUPRET, 2002) destaca que, para alcançar uma *cultura de paz*, deve haver o envolvimento de crianças e adultos em uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido parte integrante de qualquer sociedade, em seus mais variados contextos. A *cultura de paz* pode ser uma resposta a diversos tratados, mas tem de procurar soluções que advenham de dentro da (s) sociedade (s) e não impostas do exterior.

2.2 O PAPEL DOS PAIS FRENTE AO *BULLYING*

(FANTE, 2012) e (SILVA, 2010) dialogam a respeito a respeito do papel e das responsabilidades dos pais quanto ao comportamento violento e agressivo que o filho pode apresentar na escola, podendo provocar sofrimentos a muitos outros – de forma velada ou não –, tendo sua origem, dentre outros fatores, no modelo educativo familiar, de acordo com o qual foi criado.

Sendo a família o modelo primeiro de socialização, ela deveria constituir um modelo positivo para a criança, uma vez que o registro de suas primeiras experiências emocionais surge da relação de afeto com as figuras materna e paterna, formando matrizes psíquicas que determinarão sua visão de mundo e de si mesma.

A relação afetiva entre pais e filho repercute na formação da personalidade do indivíduo. Um bom relacionamento afetivo, em que o carinho e o amor se evidenciam no trato com a criança, criará registros altamente positivos em sua memória, fortalecendo a autoestima e a autoconfiança. Por outro lado, um relacionamento marcado pela falta de afetividade positiva e pelos maus-tratos físicos ou verbais influenciará o indivíduo, determinando seu desempenho social e sua capacidade de adaptação às normas de convivência, bem como sua habilidade de integração social.

Segundo (FANTE, 2012) é oportuno que os pais façam uma reflexão profunda sobre as suas próprias condutas em relação aos filhos e sobre o modelo de educação familiar, predominantemente em casa, que vem sendo aplicado. Nem sempre os pais se dão conta de que certos comportamentos que o filho manifesta são aprendidos em casa, como resultado do tipo de interação entre os familiares que é percebida por ele; muito menos procuram checar e refletir se o que o filho está realmente aprendendo tem relação com aquilo que “eles pensam” que está sendo ensinado.

(SILVA, 2010) ratifica as ideias de (FANTE, 2012) quando diz que é justamente a omissão educacional dos pais em situações-chave que produz os conflitos familiares. Isso é facilmente observável em circunstâncias que envolvem comportamentos transgressores, o desrespeito às regras e aos limites estabelecidos. A indiferença dos pais equivale a uma renúncia oficial e perigosa ao papel essencial que eles deveriam exercer: o de educar seus filhos. E educar é confrontar os filhos com regras e limites, além de fornecer-lhes condições para que possam aprender a tolerar e enfrentar as frustrações do cotidiano.

Para a autora, as consequências dessa renúncia dos pais aos seus papéis de educadores são, no mínimo, desastrosas, para não dizer explosivas. Resultam em filhos egocêntricos, sem qualquer noção de limites, totalmente despreparados para enfrentar os desafios e obstáculos inerentes à própria vida. Sem contar com o pior: filhos viciados em substâncias químicas ou em comportamentos que lhes garantam prazer imediato e inconsequente.

Por isso é essencial que os pais acompanhem dia a dia e o andamento escolar do filho, procurando incentivá-lo com entusiasmo e corrigi-lo com brandura, lembrando que acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos filhos é tarefa obrigatória tanto das mães como dos pais. Observando o próprio filho, os pais podem detectar sinais de *vitimização*.

(FANTE, 2012) destaca alguns sinais de *vitimização* que os pais conseguem identificar:

- Apresenta, com frequência, dores de cabeça, pouco apetite, dor de estômago, tonturas, sobretudo de manhã;
- Muda o humor de maneira inesperada, apresentando explosões de irritação;
- Regressa da escola com as roupas rasgadas ou sujas e com o material escolar danificado;
- Apresenta desleixo gradual nas tarefas escolares;
- Apresenta aspecto contrariado, triste, deprimido, aflito ou infeliz;
- Apresenta contusões, feridas, cortes, arranhões ou estragos na roupa;
- Apresenta desculpas para faltar às aulas;

- Raramente possui amigos, ou possui ao menos um amigo para compartilhar seu tempo livre;
- Pede dinheiro extra à família ou furta;
- Apresenta gastos altos na cantina da escola.

Segundo (FANTE, 2012), os pais também devem estar atentos aos indícios com relação ao filho *agressor*:

- Regressa da escola com as roupas amarrotadas e com ar de superioridade;
- Apresenta atitude hostil, desafiante e agressiva com os pais e os irmãos, chegando a ponto de atemorizá-los sem levar em conta a idade ou a diferença de força física;
- É habilidoso para sair-se bem de “situações difíceis”;
- Exterioriza ou tenta exteriorizar sua autoridade sobre alguém;
- Porta objetos ou dinheiro sem justificar sua origem;

Portanto, os pais devem estar atentos a esses indícios, como também devem observar melhor o comportamento do filho e, em caso de suspeita, buscar auxílio de especialistas.

De acordo com a *American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, os pais devem estimular constantemente o filho a contar o que lhe ocorre na escola, de maneira franca e aberta. Entretanto, não devem tomar nenhuma iniciativa contra o agressor, a não ser comunicar o fato à direção escolar e exigir que busquem informações sobre programas que estão sendo desenvolvidos em outras escolas e comunidades para se combater o *bullying*. Os pais não devem estimular o filho a revidar os ataques. Ao invés disso, devem sugerir que ele evite o *agressor* ou busque a ajuda do professor ou de outro adulto que saiba como agir nesses casos.

Para (SILVA, 2010), o ponto-chave inicial para a não ocorrência do *bullying* está na relação de confiança e vínculos de amor na relação pais e filhos, pois é em casa que a criança constrói seus primeiros valores e princípios.

O aumento do comportamento agressivo entre os adolescentes é um dos fenômenos que mais preocupam e angustiam os pais e todos que, de forma direta ou indireta, lidam ou se ocupam com os jovens. A agressividade entre eles pode se manifestar das mais diversas formas, desde pequenos conflitos verbais entre indivíduos e/ou grupos até brigas físicas e violentas geradas pelas razões mais fúteis possíveis. São visíveis os abusos e as arbitrariedades dos “mais fortes” em relação aos “mais frágeis”, através de intimidações

psicológicas e físicas, humilhações públicas, comentários maldosos, difamações, intrigas e até as mais variadas formas de violência, propriamente dita.

Muitas vezes, os pais têm dificuldades em diferenciar o que é uma brincadeira de mau gosto (ou mesmo uma simples agressão) de um comportamento *bullying*. No entanto, existe um elemento-chave que pode facilmente distinguir uma coisa da outra: no *bullying* a ação sempre tem um caráter repetitivo. Quando se trata de *bullying* virtual – via internet, especificamente –, essa realidade apresenta uma peculiaridade. Quando se posta uma imagem ou mensagem na rede, e ela é visualizada por terceiros, o fator repetição se dá de forma imediata. Assim, no *ciberbullying*, de forma também imediata, a criança fica exposta e vulnerável, tornando-se vítima de chacotas e humilhações, uma vez que outras crianças (e muitas pessoas) veem a mesma imagem. É como se a vítima, em frações de segundos, tivesse sofrido um número incalculável de agressões (daí a repetição) em espaço público.

(SILVA, 2010) explica que alguns pais podem ser desastrosamente negativos, ao tentarem orientar os filhos sobre como devem reagir frente a situações nas quais são vítimas de *bullying*. Eles “tecem” comentários irônicos e responsabilizam o filho vitimado pela falta de competência em lidar com as agressões sofridas. Geralmente agem assim por falta de conhecimento ou por estarem reproduzindo experiências vividas na infância ou mesmo na vida adulta. Infelizmente, acreditam que essa forma de “educar” mexe com os brios do filho a ponto de fazê-lo reagir positivamente perante as dificuldades vividas nas relações com os outros jovens.

Para a autora, sem se dar conta, os pais que adotam essa postura estão reforçando as atitudes dos agressores e, inadvertidamente, alimentam a insegurança e o sentimento de inferioridade do filho. Com isso, a vítima acaba por optar pela lei do silêncio, que tanto contribui para o aumento e a cronicidade dos casos de *bullying*.

Essas atitudes de contra-ataque só tendem a agravar o problema, potencializando a violência entre os estudantes. As soluções mais eficazes ocorrem quando estabelecemos uma parceria que envolva a escola, os pais dos jovens *vítimas* e os pais dos autores de maus-tratos. Todas as partes implicadas nesse processo precisam de orientação e ajuda e, muitas vezes, de encaminhamento a profissionais da área de saúde.

2.3 O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA PRÁTICA DO *BULLYING*

O *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007)*⁹ estabelece, em seus princípios, pedagogias participativas e dialógicas que permitam a utilização de linguagens e recursos metodológicos e materiais de apoio diversificados.

Este Plano define a educação em direitos humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, bem como reparação das violações.

Tal orientação normativa ganha corpo com as formulações de (FREIRE, 1997), a respeito do significado do ato de ensinar: “a afetividade com os educandos, o diálogo entre professores e estudantes, a utilização da reflexão crítica sobre temas escolhidos com base na troca de saberes, o compromisso docente com o processo da aprendizagem (princípios éticos e de justiça) e o exercício dialético da liberdade e da autoridade permitindo uma experiência participativa e emancipadora”.

No *currículo*¹⁰ proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (BRASÍLIA, 2014, p. 58) são apresentadas quatro linhas de atuação da Educação *em e para* os Direitos humanos:

- a) Educação para a Promoção, Defesa, Garantia e Resgate de Direitos Fundamentais;
- b) Educação para a Diversidade;
- c) Educação para a Sustentabilidade;

⁹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

¹⁰ O Currículo em Movimento proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (BRASÍLIA, 2014) busca melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio.

d) Formação Humana Integral.

Para (CANDAU ET. AL., 2013), o educador é um agente sociocultural e político comprometido com a proposta de formação de educandos para o exercício da democracia e da cidadania. Dotado de razão e emoção no processo de conhecimento, tem que ser capaz de tratar os fatos econômicos, sociais, culturais e políticos em perspectiva crítica, adotando uma atitude amorosa com os estudantes.

O fundamental é garantir a participação dos sujeitos envolvidos neste processo, garantindo sua experiência vivenciada dos direitos humanos. É nesse sentido que o modo de fazer a educação em direitos humanos deve incluir histórias de vida e experiências dos educandos, de modo a alcançar a mudança de comportamento, atitudes e mentalidades por meio de processos formativos cujas atividades trabalhem de forma sistemática para o aprofundamento das questões abordadas. Os temas escolhidos em direitos humanos devem estar pautados na noção de dignidade humana, relacionando teoria e prática com a utilização de linguagens diversificadas (escrita, audiovisual, dramatizações, músicas entre outras) e um diálogo entre saberes pautados na realidade social e nas experiências vividas (CANDAU ET. AL., 2013).

(CANDAU ET. AL., 2013), destaca a importância das oficinas pedagógicas como espaços de intercâmbios, confrontação de experiências, criação de vínculos afetivos análise da realidade, construção coletiva de saberes e exercício concreto dos direitos humanos. Estas são constituídas por três etapas básicas:

1. *Sensibilização*: momento de realização de atividades valorizadoras dos saberes anteriores (tempestade de ideias, relatos de experiências, registro livre em tira de papel), de modo a elaborar uma construção coletiva preliminar onde não há resposta certa ou errada;
2. *Aprofundamento*: análise do tema escolhido por meio de texto, documentário ou entrevista com pessoa escolhida, com trabalho em grupo mediado pelo(a) coordenador(a) da oficina resultando em conhecimento sistematizado sobre o tema;
3. *Sugestões de compromissos efetivos e afetivos individuais e coletivos*: este é um exercício em busca de consensos e de síntese das aprendizagens modelado pelo compromisso individual e coletivo com o tema.

Educar é repassar, de forma crítica, conhecimentos diversos e, principalmente preparar os jovens para o enfrentamento das diferentes situações da vida. Dentro desse pensamento, podemos afirmar que é também papel da escola orientar seus alunos para o uso consciente e, principalmente, ético dos recursos tecnológicos, deixando-os a par sobre todos os danos que tais ferramentas podem causar na vida de um indivíduo em formação, se usada de maneira

incorreta e mal intencionada, podendo deixar, em quem é vítima de *bullying*, sequelas irreversíveis.

(SILVA, 2010) explica que o *bullying* sempre existiu nas escolas; no entanto, somente há pouco mais de trinta anos começou a ser estudado sob parâmetros psicossociais e científicos, e recebeu a denominação específica pela qual é conhecido atualmente em todo mundo.

No Brasil, o atraso em identificar e enfrentar o problema foi enorme. Por aqui, o tema só começou a ser abordado junto à sociedade a partir de 2000, quando (FANTE; PEDRA 2012) realizaram uma pesquisa séria e bastante abrangente sobre o assunto. Esse trabalho pioneiro resultou em um programa de combate ao *bullying* denominado “Educar para a Paz”, colocado em prática no interior paulista no mesmo ano. Graças a esses esforços, o tema *bullying* começou a ganhar espaço em debates públicos.

A ação das escolas perante o assunto ainda está em fase embrionária. A maioria absoluta não está preparada para identificar e enfrentar a violência entre seus alunos ou entre os alunos e o corpo acadêmico. Essa situação se deve a muito desconhecimento, muita omissão, muito comodismo e uma dose considerável de negação da existência do fenômeno.

Para começar a virar esse jogo, as escolas precisam, inicialmente, reconhecer a existência do *bullying* (em suas diversas formas) e tomar consciência dos prejuízos que ele pode trazer para o desenvolvimento socioeducacional e para a estruturação da personalidade de seus estudantes.

De maneira prática e objetiva, a escola deve procurar meios para se informar sobre as formas que possibilitem saber quais são as experiências e os sentimentos que seus alunos possuem em relação ao *bullying*.

(FANTE, 2012) explica que o papel dos professores é fundamental para a detecção precoce dos casos de *bullying*. Em geral, são eles que mantêm a observação mais privilegiada das interações pessoais que ocorrem entre os alunos de uma mesma classe. O ideal é que eles anotem na ficha individual do estudante suas impressões e percepções sobre aqueles que despertem sua atenção. Para facilitar o trabalho dos professores, a escola pode providenciar uma folha de apontamentos em que estejam listados diversos indicativos do comportamento *bullying*, para que o professor aplique a cada aluno. Com a sobrecarga de trabalho enfrentada pelos professores, esta sistematização será uma grande ajuda.

No Brasil, caso o *bullying* seja praticado por maiores de idade e configure crime, cabe ação penal privada (por exemplo, para processar criminalmente o agressor que pratique crimes contra a honra, como calúnia, difamação e injúria), e ação penal pública (para

processar criminalmente o agressor que pratique o crime de ameaça, por exemplo). Entretanto, se as condutas forem praticadas por menores de 18 anos, caberá ao Ministério Público (com atribuição na Vara da Infância e da Juventude) pleitear ao juiz competente a apuração do ato infracional. Este, por sua vez, poderá aplicar as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para tal, é muito importante que as vítimas reúnam o maior número possível de provas: imprimir o conteúdo das páginas ofensivas (*print screen*, se for necessário), os *e-mails* com cabeçalhos, o conteúdo dos diálogos ocorridos numa sala de bate-papo virtual, como também não se esquecer de salvar os arquivos em CDs, DVDs ou *pen-drives*. A rapidez na reunião de provas também é fundamental, uma vez que os agressores costumam apagar os conteúdos difamatórios das páginas, *e-mails*, torpedos, etc.

Ao dialogar com (FANTE, 2012) - ainda com relação ao papel da escola, como um todo - (SILVA, 2010) afirma que a comunidade escolar tende a reproduzir, em maior ou menor escala, a sociedade como um todo. A hierarquia escolar compreende os diretores, supervisores, orientadores, professores, inspetores e funcionários que cuidam do espaço físico e de toda a engrenagem funcional e administrativa da instituição. Dentro dessa esfera, todos devem exercer seus papéis de forma eficiente e solidária, para que os alunos possam aprender e praticar todo o conhecimento de que precisarão na caminhada rumo à vida adulta.

Para (FANTE, 2012), antes de qualquer coisa, porém, é importante que os profissionais de educação façam a seguinte reflexão sobre a questão da violência, o que os conscientizará do compromisso e das decisões que deverão tomar, inclusive em relação ao fenômeno *bullying*: “Diante das cenas de violência, que têm como palco todas as escolas do mundo, qual é o papel que nos cabe desempenhar como educadores?”

Dialogando com (FANTE, 2012) a respeito do papel da escola, com relação ao enfrentamento da temática *bullying*, (SILVA, 2010) explica que as escolas mais sensíveis e atentas às mudanças globais de nosso tempo já estão procurando iniciar processos de inovação e de reforma que poderão dar conta dos novos desafios. É necessário modificar não somente a organização escolar, os conteúdos programáticos, os métodos de ensino e estudo, mas, sobretudo, a mentalidade da educação formal.

O profissional da educação deve pensar em seu desempenho profissional diário de maneira empática, isso se torna necessário para que ele possa redirecionar suas ações pedagógicas no combate às diversas formas de violência que ocorrem cotidianamente nas salas de aulas.

A adaptação do aluno à escola depende, fundamentalmente, do tipo de relacionamento que estabelece com os professores e com seus iguais. Quando essas relações se estabelecem de forma adequada, proporcionam, segundo a opinião emitida pelos alunos, o que há de melhor na escola. Entretanto, quando essas relações não são adequadas, como ocorre com crianças discriminadas ou ignoradas, a escola se transforma em fonte de estresse e inadaptação, resultando em conflitos interpessoais e em diversas formas de violência, comprometendo a qualidade do ensino-aprendizagem.

O aluno necessita sentir-se acolhido pelo ambiente escolar, como um todo, a sua não-aceitação com relação aos demais, trará prejuízos a ele em todos os aspectos. É preciso, cotidianamente, fixar, de forma natural e rotineira, a prática da empatia, pois o aluno precisa ter em mente que, se algo não é benéfico a ele, ou que trará consequências desastrosas para sua vida, conseqüentemente ele possa compreender que tal ação atrapalhará também o desenvolvimento de terceiros.

(SILVA, 2010) acrescenta que a formação ética para a cidadania ou formação em valores demanda um posicionamento reflexivo, crítico e ativo dos(as) atores(as) do processo educativo em relação a nossa realidade sociocultural, com o objetivo ulterior de transformá-la para uma vida mais plena de qualidade e com a garantia dos direitos fundamentais de todos(as). Assim sendo, a formação ética para a cidadania ou formação em valores demanda um ensino dialógico e democrático que parta dos saberes e das experiências cotidianas e contextualizadas dos(as) alunos(as).

Pensemos agora naquele que atua como agressor. Por que age expressando comportamentos agressivos, violentos e vexatórios contra os seus colegas de escola? Que construções de pensamento povoam sua mente a ponto de não perceber o mal que causa aos outros e não ser capaz de manifestar empatia? O que a fraqueza ou a fragilidade de suas vítimas lhe desperta, fazendo com que arremesse sobre elas suas gozações, provocando-lhes sofrimentos e humilhações? Por que as persegue e as ameaça?

Precisamos considerar que muitas vezes o agressor também foi vítima da violência, sofrida talvez em seu lar. Dessa forma, sua história intrapsíquica pode ter sido marcada por registros traumáticos, provavelmente desde a vida intrauterina. O maior problema para o agressor conseguir mudar o seu comportamento é que o seu “eu”, que representa a vontade consciente, não produz cadeias de pensamentos organizados que lhe permitam a capacidade de interiorização e, portanto, de reflexão sobre as suas ações.

Quanto à vítima, consideramos que no momento em que sofre uma agressão ou se sente ofendida, ante esses estímulos abrem-se arquivos de sua memória que produzirão

emoções tensas, ansiosas, tímidas, que bloqueiam o processo de leitura de outros arquivos, dificultando com isso a sua capacidade de reagir e de se defender.

Diante de tudo isso, o que resta à vítima esperar da vida, se a escola não a prepara para lidar com essas realidades e não intervém na redução das causas que provocam esse tipo de experiências? E quanto ao agressor, poderia a escola ensinar-lhe outros tipos de vivências de modo a que aprendesse novas formas de convivência, que não a violência? E quanto ao espectador passivo, poderia a escola treiná-lo a intervir de forma construtiva e solidária ao invés de sentir-se impotente diante do sofrimento alheio, construindo cadeias de pensamentos que lhe bloquearão a mente em situações futuras, por estar tomado pelo medo de se ver em situações semelhantes à da vítima? Não seria por esse motivo que muitos alunos temem fazer perguntas em sala de aula, por medo de cometerem qualquer deslize que os torne motivos de gozações?

(FANTE, 2012) chama a atenção para a importância da escola, sob o ponto de vista educativo, na vida das crianças que nela estudam. Seria a missão da escola apenas a transmissão de conteúdos ou teria ela o dever de preocupar-se com a transmissão de valores humanistas, como, por exemplo, a solidariedade, a tolerância, o respeito às diferenças individuais e ao bem comum? Que responsabilidade a escola tem de ensinar aos alunos valores sociais e de ajudá-los a desenvolverem habilidades que lhe sirvam para sua autorrealização e autossuperação na vida?

A escola precisa ensinar a criança, desde a mais tenra idade, a educar suas emoções, a lidar com os seus medos, conflitos, frustrações, dores e perdas, com sua ansiedade e agressividade, canalizando-os para ações proativas que resultem em benefícios sociais e para novas formas de relações capazes de produzir empatia, pois, agindo assim, favorecerá a criança, aumentando sua probabilidade de tornar-se um adulto equilibrado e feliz.

Para que se alcance êxito na redução da violência, precisamos, primeiramente, conquistá-la na escola, por ser lá que os primeiros sinais da violência se manifestam entre os alunos. Devido ao seu poder propagador e multiplicador, a escola deve ensinar os alunos a lidarem com suas emoções para que não se envolvam em comportamentos violentos, transformando-os em agentes disseminadores de uma *cultura de paz* que se estenda aos seus demais contextos de vida.

O fator afetivo deve ser mais valorizado nas relações interpessoais e na transmissão do conhecimento, uma vez que favorece de forma privilegiada o registro daquilo que foi vivido facilitando posteriormente o seu resgate para novas construções de cadeias de pensamentos. Isso favorece a mente na edificação da sua história intrapsíquica, no desenvolvimento da sua

inteligência, na sua capacidade de autoexpressão e na sua atitude de primar por cidadania e qualidade de vida.

Daí a responsabilidade do professor em sala de aula, também no que diz respeito a sua relação com a turma, pois um ambiente de aprendizagem, permeado de vínculos afetivos, acarretará em resultados naturalmente melhores e alunos mais interessados e com a sensação de acolhimento da parte do professor, em que o conteúdo será assimilado de forma prazerosa e saudável.

Ratificando os postulados de (FANTE, 2012), (SILVA, 2010) orienta para que, em vez de criarmos valores totalmente diversificados e radicais, seria mais interessante realizarmos uma profunda e pragmática reflexão, a fim de estruturarmos um modelo educativo que busque, ainda no passado, o que o sistema de ensino propiciou de melhor e de mais eficiente, abandonando os métodos arcaicos e de respostas pouco positivas. A esses padrões antigos, porém de resultados satisfatórios, adicionaríamos o que os dias atuais nos oferecem em termos de tecnologia e técnicas didáticas mais dinâmicas, e que possam trazer eficiência ao aprendizado. Com isso, criaríamos um novo e harmônico modelo, em que passado e presente se uniriam para transformar os nossos jovens de hoje em cidadãos éticos do amanhã.

Não há como negar que vivemos tempos difíceis, em que a violência e a agressividade infanto-juvenil são crescentes e ameaçam a todos nós. Seja como pais, ou educadores, seja como membros de uma coletividade, de um estado ou de toda a sociedade, nenhum de nós está imune a essas circunstâncias. Direta ou indiretamente sofreremos os efeitos dessa forma de agir adotada por muitos de nossos jovens.

Para (MORIN, 2000):

A sala de aula deve ser um local de aprendizagem do debate argumentado, das regras necessárias à discussão, da tomada de consciência das necessidades e dos procedimentos de compreensão do pensamento do outro, da escuta e do respeito às vozes minoritárias e marginalizadas. Por isso, a aprendizagem da compreensão deve desempenhar um papel capital no aprendizado democrático.

Boaventura dialoga com Morin a respeito da importância da democracia no contexto educacional e propõe duas perspectivas presentes nesse processo: a democracia representativa (hegemônica) que se realiza pelo processo eleitoral e a democracia participativa (contra-hegemônica), centrada na ideia de um campo de reinvenção da emancipação social. Destaca a relevância desta última, que no Brasil teve uma proposta criativa de orçamento participativo desde a cidade de Porto Alegre nos anos 1980, e a partir daí se desdobrou em centenas de municípios, no DF e no estado do Rio Grande do Sul. Exalta a importância da demodiversidade, ou seja, a presença de diferentes modelos e práticas democráticas, somadas

à maior articulação entre o local e o global, contribuindo assim para ampliar o campo do experimentalismo democrático (SANTOS, 2002).

2.4 CONSEQUÊNCIAS DO *BULLYING*

Tal como afirma (SILVA, 2010), não há dúvida de que o fenômeno *bullying* estimula a delinquência e induz a outras formas explícitas de violência, capazes de produzir, em níveis diversos, cidadãos estressados, com baixa autoestima e reduzida capacidade de autoexpressão.

Não se pode esquecer que o *bullying* é um fenômeno de mão dupla, ou seja, ocorre de dentro para fora da escola e vice-versa. Em função disso, muitas tragédias que acontecem nas imediações das escolas, em *shoppings*, festas, praças públicas foram motivadas e iniciadas dentro do ambiente escolar.

Todas as vezes que sucedem atos de violência e criminalidade entre jovens, as autoridades de segurança pública devem considerar a possibilidade concreta do fenômeno *bullying* em suas investigações. Inúmeros suicídios, assassinatos e lesões corporais graves entre adolescentes poderiam ser evitados se houvesse uma política séria de enfrentamento dos casos de *bullying*.

(SILVA, 2010) explica que não é apenas fora do país que encontramos casos extremos da prática de *bullying* e suas vítimas. Algumas atitudes podem se configurar em formas diretas ou indiretas de praticar o *bullying*. Porém, dificilmente a vítima recebe apenas um tipo de maus-tratos; normalmente, os comportamentos desrespeitosos dos *bullies* costumam vir em “bando”. Essa versatilidade de atitudes maldosas contribui não somente para a exclusão social da vítima, como também para mitos casos de evasão escolar, e pode se expressar das mais variadas formas, como as listadas a seguir:

- *Verbal* (insultar, ofender, falar mal, colocar apelidos pejorativos, “zoar”);
- *Física e material* (bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences da vítima);
- *Psicológica e moral* (humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar);
- *Sexual* (abusar, violentar, assediar, insinuar);
- *Virtual* ou *Cyberbullying* (*bullying* realizado por meio de ferramentas tecnológicas: celulares, filmadoras, internet etc.)

(FANTE, 2012) corrobora com as ideias de (SILVA, 2010), ao afirmar que as consequências da conduta *bullying* afetam todos os envolvidos e em todos os níveis, porém especialmente a vítima, que pode continuar a sofrer seus efeitos negativos muito além do período escolar. Pode trazer prejuízos em suas relações de trabalho, em sua futura constituição familiar e criação de filhos, além de acarretar prejuízos para a sua saúde física e mental.

A superação dos traumas causados pelo fenômeno poderá ou não ocorrer, dependendo das características individuais de cada vítima, como o meio social e, sobretudo, com a sua família. A não superação do trauma poderá desencadear processos prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico, uma vez que a experiência traumatizante orientará inconscientemente o seu comportamento, mais para evitar novos traumas do que para buscar sua autossuperação.

Isso afetará o seu comportamento e a construção dos seus pensamentos e de sua inteligência, gerando sentimentos negativos e pensamentos de vingança, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem, queda do rendimento escolar, podendo desenvolver transtornos mentais e psicopatologias graves, além de sintomatologia e doenças de fundo psicossomático, transformando-a em um adulto com dificuldades de relacionamentos e com outros graves problemas. Poderá também desenvolver comportamentos agressivos ou depressivos e, ainda, sofrer ou praticar *bullying* no seu local de trabalho, em fases posteriores da vida.

Dependendo da intensidade do sofrimento vivido em consequência do *bullying*, a vítima poderá desenvolver reações intrapsíquicas, com sintomatologias de natureza psicossomática: enurese, taquicardia, sudorese, insônia, cefaleia, dor epigástrica, bloqueio dos pensamentos de vingança e de suicídio, bem como reações extrapsíquicas, expressas por agressividade, impulsividade, hiperatividade e abuso de substâncias químicas.

(FANTE, 2012) ainda explica que, enquanto a vítima sofre das mais variadas formas, acarretando outras consequências pessoais, prejudiciais a si mesma, cujos desdobramentos podem afetá-la durante toda a sua vida, o agressor experimenta a sensação de consolidação de suas condutas autoritárias (mesmo sem imaginar que esse resultado será prejudicial aos seus futuros familiares), tendo, como resultados previstos: o distanciamento e a falta de adaptação aos objetivos escolares, a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas – caminho que pode conduzi-lo ao mundo do crime -, além da projeção dessas condutas violentas na vida adulta, tornando-se pessoa de difícil convivência nas mais diversas áreas da vida: pessoal, profissional e social.

O agressor - de ambos os sexos - envolvido no fenômeno estará propenso a adotar comportamentos delinquentes, tais como: agregação a grupos delinquentes, agressão sem motivo aparente, uso de drogas, porte ilegal de armas, furtos, indiferença à realidade que o cerca, crença de que deve levar vantagem em tudo, crença de que é impondo-se com violência que conseguirá obter o que quer na vida... afinal, foi assim nos anos escolares.

O fenômeno *bullying* passou a ser considerado como um problema de saúde pública, devendo ser reconhecido pelos profissionais de saúde em razão dos danos físico-emocionais sofridos por aqueles que estão envolvidos nele.

No Brasil, o tema violência tornou-se prioridade de todas as escolas, motivo pelo qual inúmeros projetos e programas estão sendo desenvolvidos, visando à diminuição da violência escolar, com ênfase específica na violência explícita. Entretanto são escassas as notícias que temos sobre o desenvolvimento de programas educacionais que incluam o combate e a prevenção do fenômeno *bullying* em nossas escolas.

(SILVA, 2010) explica que essa violência propagou-se também no ambiente virtual. Os praticantes de *ciberbullying* ou "*bullying virtual*" utilizam, na sua prática, os mais atuais e modernos instrumentos da Internet e de outros avanços tecnológicos na área da informação e da comunicação (fixa ou móvel), com o covarde intuito de constranger, humilhar e maltratar suas vítimas.

Essa nova modalidade de *bullying* vem preocupando especialistas em comportamento humano, pais e professores em todo o mundo. E isso se deve ao fato de ser imensurável o efeito multiplicador do sofrimento das vítimas. Os ataques perversos do *ciberbullying* extrapolam, em muito, os muros das escolas e de alguns pontos de encontros reais, onde os estudantes se reúnem em território extraclasse (festas, baladas, praças de alimentação em *shoppings*, cinemas, lanchonetes, etc.).

A grande diferença se encontra na forma e nos meios que são utilizados pelos praticantes de *ciberbullying*. No *bullying* visto até aqui, as formas de maus-tratos eram diversas, no entanto todas, sem exceção, ocorriam no mundo real. Dessa forma, quase sempre era possível às vítimas conhecer e, especialmente, reconhecer seus agressores. No caso do *ciberbullying*, a natureza vil de seus idealizadores e/ou executores ganha uma "blindagem" poderosa de constrangimento, os *bullies* cibernéticos (ou virtuais) se valem de apelidos (*nicknames*), nomes de outras pessoas conhecidas ou de personagens famosos de filmes, novelas, seriados.

Na verdade, os *bullies* virtuais são pessoas extremamente covardes, que se escondem nas redes por meio de diversos perfis ou situações, que, de maneira inescrupulosa, no meio

virtual, aproveitam-se dos constantes recursos tecnológicos que têm disponíveis para tal prática.

O que podemos dizer sobre os praticantes de *bullying* virtual é que a maioria absoluta deles é composta por adolescentes. No entanto, não há, até o momento, uma maneira precisa ou eficaz de traçar o perfil exato desse jovem. Isso ocorre porque os ataques efetuados contra as vítimas são virtuais e neles a identidade do agressor não se torna pública. Por outro lado, as vítimas, quando descobrem quem são seus *bullies* virtuais, raramente os denunciam.

(SILVA, 2010) explica que, infelizmente essa postura, de certa forma, deixa cômodo e aberto a novas e crescentes ocorrências do *ciberbullying*, e, por que não dizer, alimentar todas as ações futuras de quem comete o *bullying* virtual.

O *ciberbullying* é um reflexo perfeito dessa cultura embasada na insensibilidade interpessoal e na total ausência de responsabilidade e solidariedade coletiva. Nesse contexto, o *bullying* virtual encontra fatores bastante propícios para se proliferar de forma sombriamente imprevisível. Dentre eles podemos citar: a inexistência de padrões legais e éticos para a utilização dos recursos tecnológicos da informação e da comunicação; a falta de empatia, de sensibilidade e de responsabilidade nas relações interpessoais; a certeza do anonimato, da impunidade e do silêncio acuado das vítimas.

A imprensa e os grandes veículos de comunicação têm como tarefa divulgar o assunto, contribuindo para a conscientização de toda a sociedade. Somente desta forma poderemos despertar as autoridades e exigir delas a criação de políticas capazes de prevenir o *bullying* e/ou minimizar os efeitos individuais e coletivos desse fenômeno.

CAPÍTULO 03

PERCEPÇÕES SOBRE *BULLYING* NO CEM 03 - ANÁLISE DA COLETA DOS DADOS

“O pesquisador da educação e o docente devem compartilhar a mesma linguagem.”

Lawrence Stenhouse

O objeto da pesquisa-intervenção foram os alunos do CEM 03 – Ceilândia/DF, com ênfase nos anos iniciais do Ensino Médio - onde as ocorrências de atitudes *bullying* eram mais frequentes e mais abusivas entre os alunos.

(FANTE, 2012) afirma que o fenômeno *bullying* está presente, nos dias atuais, em todas as escolas brasileiras, seja rede pública ou privada, turno de estudo, localização da escola, tamanho da instituição de ensino ou da cidade onde ela se localiza ou se são séries finais ou iniciais.

Os alunos escolhidos como modelo para o trabalho em questão pertenciam às turmas *H* e *I* do 1º Ano do Ensino Médio. A escolha se deu em virtude dos mais variados comportamentos caracterizados como *bullying*, observados durante o período das aulas ministradas nas turmas supracitadas.

Analisando separadamente as respostas dos alunos, torna-se relevante citar o quantitativo de alunos que responderam ao questionário, durante a aula expositiva sobre a temática *bullying*. No 1º Ano *H*, havia um total de: 28 alunos, distribuído da seguinte forma:

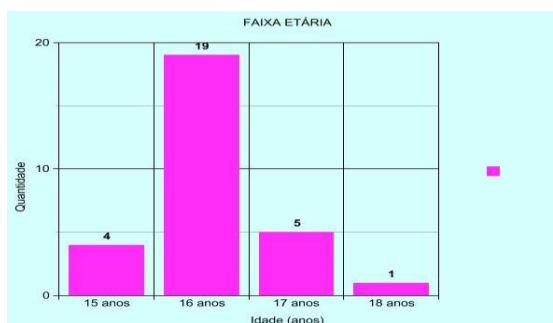
Gráfico 1

Turma H - Total de alunos



Os alunos pertencentes à *turma H* estão compreendidos na faixa etária entre 15 e 18 anos de idade, conforme mostra o gráfico:

Gráfico 2



Percebeu-se que esses alunos sabiam o que era *bullying*, mas a maioria respondeu que nunca havia feito uma pesquisa sobre essa temática.

Gráfico 3



No geral, os alunos já ouviram falar no termo *bullying*, mas, de acordo com os dados obtidos, apenas 25% sabiam o que era o termo e explicaram o que sabiam a respeito.

Percebeu-se que o tema, ainda é pouco trabalho em sala de aula, por mais que problema ocorra entre os alunos com frequência. Dentre os que responderam de forma positiva, relataram que os assuntos pesquisados foram: *bullying* na escola, a prática do *bullying* e, por fim, o *ciberbullying*. E o meio pelo qual foram obtidos os dados foi a Internet.

Outro questionamento feito foi com relação às atitudes *bullying* que os alunos cometem dentro da sala de aula. Verificou-se que os alunos que responderam a essa questão disseram que os comportamentos mais frequentes eram: xingamentos, zombarias, atitudes agressivas, como tapas, beliscões, murros, chutes e pontapés e apelidos como otário, baleia, vara pau e lesma e todos, sem exceção, responderam que já cometeram, pelo menos, uma das atitudes *bullying* dentro de sala de aula.

Com relação às atitudes *bullying* sofridas pelos alunos entrevistados, a constatação foi triste e preocupante, pois os educandos relataram que, com frequência, são xingados, chamados por apelidos pejorativos, principalmente com relação à aparência física, sofrem com tapas, beliscões ou chutes. Mas o que mais impressionou foram os relatos de alguns alunos que afirmaram cometer tais atitudes por brincadeira ou, até mesmo, sem motivo aparente. Tornou-se relevante destacar neste contexto que a violência escolar refere-se a todos os comportamentos agressivos e antissociais, que variam de conflitos interpessoais até atos criminosos de grande relevância.

As informações coletadas com relação à questão anterior são ratificadas pelo documento: *PLAN - Pesquisa “Bullying escolar no Brasil” – Relatório Final - março de 2010*¹¹ De acordo com professores, alunos e pais, o modo de manifestação mais frequente de maus tratos entre alunos é a agressão verbal por meio de apelidos e xingamentos. Os professores acreditam que, na maioria das vezes, os próprios alunos nem percebem que esse tipo de relacionamento é inadequado e pode gerar situações de violência. Ainda que chamem a atenção para o fato de que boa parte das agressões é gratuita e, aparentemente, inócuas, os docentes relatam que esses apelidos geralmente estão relacionados a características físicas marcantes (altura, sobrepeso, padrões de beleza, uso de óculos ou aparelhos dentários etc.) ou provenientes de necessidades especiais. Segundo os professores, tais apelidos e brincadeiras podem ser motivados também por discriminação de cor / etnia, *status* social e traços de comportamento sexual.

Ao serem questionados sobre julgarem saudáveis ou não as práticas de *bullying* saudáveis, na relação com os colegas, do total de alunos que respondeu a essa questão, muitos alunos responderam que cometem das mais diversas atitudes *bullying*, por considerarem brincadeira. Outros alegaram terem “certa liberdade” de cometerem tais atitudes com os demais colegas.

Devemos estar atentos a essa questão de muitos alunos terem a percepção a respeito do termo *bullying* como “brincadeira”, pois a preocupação com a questão se propagou pelo mundo e outros casos de suicídio e homicídio entre alunos e ex-alunos no meio escolar começaram a ser noticiados. No Brasil, vimos os casos de Taiuva (SP, 2003), Remando (BA, 2004) e, mais recentemente Realengo (RJ, 2011), tem gerado muita comoção, alertando para a gravidade das consequências que o *bullying* pode causar.

Para (FANTE, 2012), a questão da percepção de muitos alunos considerarem tal ato como brincadeira, a autora ressalta: “o *bullying* abrange o comportamento cruel no qual os

¹¹ A *Plan International* desenvolve programas e projetos com o objetivo de capacitar e empoderar crianças, adolescentes e suas comunidades, para que adquiram competências e habilidades que os ajude a transformar a sua realidade.

mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer e as ditas "brincadeiras" disfarçam o propósito de maltratar e intimidar o outro”.

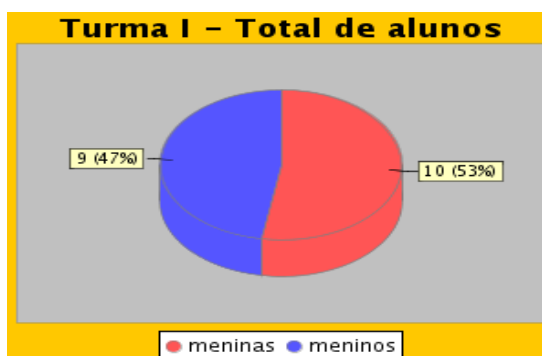
Muitos educandos relataram já ter sofrido diversas vezes *bullying* no ambiente escolar, principalmente com relação à aparência física, mas também observaram-se outros aspectos.

Prosseguindo com os resultados do questionário aplicado, os alunos foram confrontados com a seguinte pergunta: “*como você acha que situações de violência na escola podem ser enfrentadas?*”. Dentre as respostas, notaram-se diversas reivindicações e inquietações dos estudantes, como:

- Aulas que promovam a *cultura de paz* na escola;
- Palestras orientadoras a respeito da temática em questão;
- Promoção de atividades interativas entre estudantes, professores e equipe gestora;
- Maior espaço para o atendimento às demandas estudantis.

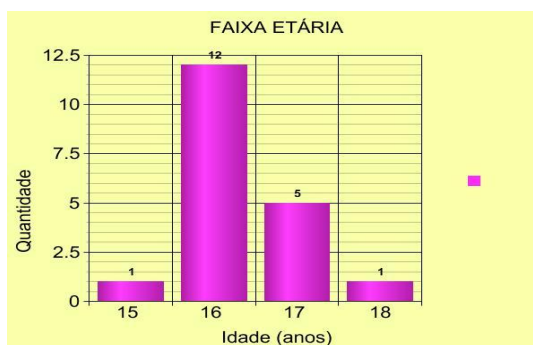
Na *turma I*, o quantitativo de alunos que respondeu ao questionário, durante a aula expositiva sobre a temática *bullying* foi um total de: 19 alunos, distribuído da seguinte forma:

Gráfico 4



A faixa etária dos alunos também está compreendida entre 15 e 18 anos de idade. A seguir um gráfico mostrará como está distribuída a idade dos alunos:

Gráfico 5



Os educandos da *turma I* são conhecedores da temática *bullying*, 31,58% dos alunos já fizeram alguma pesquisa a respeito. Desse percentual que já realizou algum tipo de pesquisa, a *Internet* também foi meio para fazê-la.

Gráfico 6



Quando questionados a respeito às atitudes *bullying*, os alunos responderam que as ações que já cometeram/cometem dentro da sala de aula, mais frequentes são: xingamentos, zombarias, atitudes agressivas, como tapas, beliscões, murros, chutes e pontapés e apelidos como otário, baleia, vara pau e lesma e todos, sem exceção, responderam que já cometeram, pelo menos, uma das atitudes *bullying* dentro de sala de aula.

Muitos alunos responderam que já sofreram *bullying* dentro do ambiente escolar e, os que praticam essas ações, alegam que tal comportamento com os demais colegas de classe, dar-se por “amizade” ou “intimidade”. Eles afirmaram que os colegas *vítimas* dão a devida “liberdade” para que eles cometam tais “brincadeiras”.

Já os alunos que afirmaram ter sofrido ou que rotineiramente sofrem com as ações *bullying*, disseram que, se reclamarem, os *bullies* cometem, se não forem de encontro às agressões - sejam elas físicas ou verbais - os praticantes de *bullying* fazem do mesmo jeito.

Após aplicação do questionário, tratando sobre alguns aspectos da temática *bullying* no ambiente escolar, os trabalhos desenvolvidos no 3º Bimestre/2015 serão concentrados na discussão, na pesquisa, em produções textuais e, principalmente, perceber se os alunos estarão mais conscientes em relação aos danos que o *bullying* pode causar na sua formação. O enfrentamento do *bullying* deve se dar de forma a confrontar a ideia de que esse tipo de conduta não se trata de simples brincadeira e sim de algo que deve ser combatido diariamente entre os educandos, onde a *cultura de paz* – que é citada ao longo da pesquisa-intervenção – não deve ser entendida apenas como conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e modos de vida que rejeitem a violência e previnam os conflitos, mas que, de fato, aborde suas causas profundas para resolver os problemas através do diálogo e da negociação entre indivíduos, grupos e nações. (ONU, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desta pesquisa, foi possível mensurar como o *bullying*, não somente no ambiente escolar, mas em todos os espaços de convivência, é algo bastante danoso e passível de estudo e – principalmente, de fundamental importância garantir a participação dos sujeitos envolvidos neste processo – garantindo sua experiência vivenciada nos direitos humanos.

Torna-se interessante fazer com que a educação em direitos humanos inclua histórias de vida e experiências dos educandos, de modo a alcançar a mudança de comportamento, atitudes e mentalidades por meio de processos formativos cujas atividades trabalhem de forma sistemática para o aprofundamento das questões abordadas.

Por meio da pesquisa e coleta de dados foi possível analisar os dados obtidos e adquirir um novo olhar a respeito do tema *bullying* no ambiente escolar. De fato, nota-se que há a necessidade de uma mobilização no sentido de promover ações diagnósticas e preventivas, e de atuação dinâmica da escola, de maneira geral, no combate ao *bullying*.

É bem verdade que a família constitui-se o modelo inicial de socialização para o indivíduo, uma vez que o registro de suas primeiras experiências emocionais surge da relação de afeto com as figuras materna e paterna, formando matrizes psíquicas que determinarão sua visão de mundo e de si mesma.

A relação afetiva entre pais e filho repercute na formação da personalidade do indivíduo. Um bom relacionamento, em que o carinho e o amor se evidenciam no trato com a criança, criará registros altamente positivos em sua memória, fortalecendo a autoestima e a autoconfiança. Por meio dessa relação, o indivíduo tornar-se-á capaz de enfrentar problemas, nos mais diversos contextos sociais.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera M.; PAULO, Iliana; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. S. Paulo: Cortez, 2013.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar para a Paz**. São Paulo: Editora Verus, 2012.

BARBOSA SILVA, Ana Beatriz. **Bullying: mentes perigosas nas escolas** - Como identificar e combater o preconceito, a violência e a covardia entre alunos. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

DUSI, M. L. H. M.; ARAÚJO, C. M. M.; NEVES, M. M. B. J. **Cultura da Paz e Psicologia Escolar no contexto da instituição educativa**. In: Psicologia Escolar e Educacional, 9(1), 2005, p.135-145.

COLUMA, E. S. **Como educar para a paz**. In: Psicologia Escolar e Educacional, 11(2), 2007, p. 427-433.

JARES, X. R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre; ArtMed, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários da educação do futuro**. 6ª. ed. S. Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

PIAGET, J. **É possível uma educação para a paz?** In: PARRAT-DAYAN e TRYPHON, A. (orgs.). Jean Piaget. Sobre a pedagogia. Textos inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998 (original publicado em 1934).

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Relatório de Pesquisa “Bullying escolar no Brasil” - março de 2010 Acesso em: 01 out. 2015

PLAN BRASIL. Pesquisa: Bullying no ambiente escolar. Brasil. 2009. Acesso em: 01 out. 2015.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Construção de saberes, práticas pedagógicas e metodologias participativas da educação em direitos humanos** Disponível em: http://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/118365/mod_resource/content/2/Se%C3%A7%C3%A3o%20IV%20%281%29.pdf Acesso em: 03 out. 2015

GONZALES, Ália Maria Barrios; CASTRO, Eder Alonso. **Direitos Humanos, Cultura da Paz e Currículo** Disponível em: http://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/119917/mod_resource/content/2/M%C3%B3dulo%2009.pdf . Acesso em: 03 out. 2015.

DUPRET, Leila. **Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea**. São Paulo, 2002 Acesso em: out. 2015

BRASÍLIA, Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos**. Brasília DF: Governo do Distrito Federal: SEE. 2014.

BULLYING CARTILHA 2010 – JUSTIÇA NAS ESCOLAS. Disponível em:
<<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/bullying.pdf> > Acesso em: set. 2015.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: DF: Senado Federal. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em jun. 2015

BRASIL. LDB (1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: jun. 2015

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília, 2002. Acesso em: 19 abr. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

ANEXOS

Figura 1 – divisão entre os blocos A e B – CEM 03 Ceilândia/DF.



Figura 2 – Pátio central do CEM 03 Ceilândia/DF.



Figura 3 – divisão entre os blocos B e C – CEM 03 Ceilândia/DF.



QUESTIONÁRIO APLICADO NAS TURMAS H e I (1º ANO)

Universidade de Brasília-UnB.

Curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural

FERNANDA KAREN COSTA VIANA DA SILVA

QUESTIONÁRIO

1. Sexo: () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Tempo que estuda na escola: _____ anos
4. Você gosta de sua escola? () Sim () Não
5. Você já ouviu falar sobre *bullying*? () Sim () Não
6. Você sabe o que é *bullying*? () Sim () Não

Se respondeu SIM, explique o que sabe:

7. Você já fez algum tipo de pesquisa sobre esse tema?
() Sim () Não
8. Se respondeu SIM no item anterior, responda onde realizou sua pesquisa sobre esse tema:
() Internet
() Livros
() Artigos científicos
() Outros: _____
9. Na sua relação com seus colegas na escola, você já teve alguma das atitudes abaixo listadas, pelo menos uma vez? (pode marcar mais de uma alternativa)
() xinguei
() chamei meu colega de “otário”, “baleia”, “vara pau”, “lesma” ou outro apelido pejorativo
Qual(is)? _____
() dei tapa, mesmo de “brincadeira”; belisquei ou chutei
() bati com agressividade, dando murros ou pontapés
() fiz algum tipo de zombaria, ridicularizando meu colega
() costume fazer fofoca sobre algum colega
() assédio sexual
() outros: _____
() nunca pratiquei nenhuma das alternativas acima

10. Na sua relação com seus colegas na escola, você já sofreu algum tipo de violência abaixo listada, pelo menos uma vez? (pode marcar mais de uma alternativa)
() fui xingado
() fui chamado por apelidos pejorativos
Qual(is)? _____
() recebi tapas, beliscões ou chutes
() recebi murros ou pontapés
() sofri assédio sexual
() ficaram fazendo zombaria de mim por algum motivo. Qual(is)?

Outros: _____

() Nunca sofri nenhuma tipo de violência

11. Quais motivos levaram você a manter essa relação com seus colegas? _____

12. Você acha que essa prática é saudável? () Sim () Não

Explique:

13. Como você acha que situações de violência na escola podem ser enfrentadas (pode marcar mais de uma opção)

- () Por meio de aulas que promovam a paz na escola
 () Por meio de palestras orientadoras
 () Promovendo mais atividades integrativas entre estudantes, professores e gestores.
 () Dando mais liberdade aos estudantes para se manifestarem
 () Escutando mais os estudantes e atendendo suas demandas
 () Promover mais atividades lúdicas
 () Outros:

14. Você sabe o que é *cultura de paz*? () Sim () Não

15. Você gostaria de saber sobre o que é a *cultura de paz*?

() Sim () Não

CARTILHA ENTREGUE AOS ALUNOS COMO MATERIAL DE APOIO DURANTE OS TRABALHOS REALIZADOS SOBRE A TEMÁTICA BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

